

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	12
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	13
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	14
10.5 - Políticas contábeis críticas	15
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	17
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	18
10.8 - Plano de Negócios	19
10.9 - Outros fatores com influência relevante	20

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5.1. Riscos de a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de Juros**

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso nos negócios e no valor de mercado das ações da Companhia.

Os negócios da Companhia, bem como o valor de mercado das ações podem ser afetados materialmente por quaisquer riscos relacionados às condições políticas e econômicas do país.

Além desses, outros riscos adicionais irrelevantes ou não conhecidos pela Battistella também podem afetar os seus negócios e o valor de suas ações.

A Battistella é uma Companhia que atua nos segmentos de Veículos Pesados, Logística e Madeiras e seus derivados. Pelas operações significativas nesses três segmentos, está exposta a riscos associados a esses mercados, que podem ter um efeito adverso para a Companhia. Os setores de comercialização de veículos pesados, de logística e de madeiras no Brasil, são altamente competitivos. A Companhia, portanto, considera como prioridade uma gestão de risco eficaz que atenda as necessidades operacionais e administrativas.

O Governo brasileiro frequentemente intervém na economia e opera mudanças em sua política, com ações e medidas para controle da inflação, controle das taxas de juros, controle sobre os preços, valorização da moeda, políticas fiscais, entre outros, o que pode influenciar significativamente a economia no Brasil, e muitas vezes afetar economicamente os resultados operacionais da Companhia.

Os fatores citados acima podem afetar significativamente o mercado de valores mobiliários brasileiro, e, conseqüentemente limitar significativamente a capacidade de investidores de vender as ações pelo preço e no momento desejado.

A Companhia não está exposta a riscos cambiais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 - Expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a riscos relevantes****a. Riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia adota a política de hedge para suas operações de exportação, através da contratação de ACC (adiantamento de contratos de câmbio)

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia adota como norma a não exposição de seus passivos e ou ativos a descasamento de moedas, haja vista a maioria de suas receitas serem em Reais.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos para proteção patrimonial.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não há parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

e. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial.

f. Estrutura organizacional de controle e gerenciamento desses riscos

A Companhia não possui estrutura organizacional de controle e gerenciamento desses riscos.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui estrutura organizacional de controle e gerenciamento desses riscos.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado em que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tampouco com relação à política de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado em que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício**

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tampouco com relação à política de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**5.4 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 - Condições Financeiras e Patrimoniais**

Este relatório tem como objetivo informar sobre a situação e desempenho das unidades de negócio e respectivos negócios setoriais, procurando dar a melhor visão possível sobre a situação corrente e perspectivas das atividades e resultados das empresas integrantes do grupo Battistella (Companhia).

Os resultados da empresa Itapoá Terminais Portuários S.A. e da empresa Portinvest Participações S/A eram consolidados proporcionalmente em 42% nos resultados da Companhia. Em atendimento ao CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, e com base nos respectivos Acordos de Acionistas, entende-se que existe controle compartilhado, tanto para o Porto Itapoá quanto para a Portinvest, passando os mesmos a serem classificados como “Empreendimento em Conjunto”. Desta forma, a partir de 1º de janeiro de 2013 os componentes do ativo e passivo, as receitas e despesas de tais empresas deixaram de ser consolidadas proporcionalmente e as partes integrantes reconhecem seus direitos sobre os ativos líquidos como investimento e contabilizam pelo método da equivalência patrimonial.

Desempenho econômico financeiro:**Resultado - Consolidado**

RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO	2014	2013	Variação %
			2014/2013
Receita Líquida de Vendas de Bens e/ou Serviços	863.873	1.193.451	-28%
(-) Custos dos Bens e/ou Serviços vendidos	(756.732)	(1.067.104)	-29%
Lucro Bruto	107.141	126.347	-15%
Despesas com Vendas	(31.825)	(32.781)	-3%
Despesas Gerais e Administrativas	(63.727)	(68.192)	-7%
Outras receitas (despesas) operacionais	7.665	37.605	-80%
Despesas financeiras líquidas	(50.884)	(53.883)	-6%
Equivalência patrimonial empreend. em conjunto	4.454	(12.249)	-136%
Resultado antes do IR/CSLL	(27.176)	(3.153)	762%
Imposto Renda e Contribuição Social correntes	2.066	(787)	-363%
Imposto Renda e Contribuição Social diferidos	(2.492)	31.415	0%
Lucro (Prejuízo) do período	(27.602)	27.475	-200%

Receita Operacional Líquida:

Receita Operacional Líquida - ROL	2014	% s/Rol	2013	% s/Rol
Florestal	83.864	10%	72.364	6%
Veículos Pesados	780.009	90%	1.121.087	94%
Sub total	863.873		1.193.451	

No segmento florestal, no qual a Companhia atua com madeira processada e derivados, houve um aumento de 4% da receita líquida sobre a ROL, em 2014 comparado a 2013. Isso reflete uma recuperação já esperada para esse segmento de mercado, devido ao aumento nas exportações.

No segmento de veículos pesados houve redução de 4% em relação à ROL em 2014 comparado a 2013. Essa redução é decorrente dos impactos causados pela queda na venda de veículos pesados, reflexo das condições do mercado desse segmento.

Custo dos produtos vendidos

10 - Comentários dos diretores / 10.1 - Custos das vendas - CPV/CMV	10 - Condições financeiras/patrimoniais			
	2014	% s/Rol	2013	% s/Rol
Florestal	(70.914)	85%	(63.660)	88%
Veículos Pesados	(685.818)	88%	(1.003.444)	90%
Sub total	(756.732)		(1.067.104)	

O custo das vendas apresentou redução em relação a ROL, refletindo as variações das vendas, no comparativo de 2014 em relação a 2013.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais tiveram a seguinte evolução:

Despesas com Vendas

	Variação %		
DESPESAS COM VENDAS	2014	2013	2014/2013
Salários, encargos e comissões	12.643	15.592	-19%
Propaganda e publicidade	353	1.192	-70%
Frete, carretos e entregas	8.607	9.117	-6%
Manutenção e conservação	1.582	140	1030%
Alugueis, condomínios e segurança	2.480	829	199%
Outras	6.160	5.911	4%
Total	31.825	32.781	-3%

Percentual sobre a ROL	3,68%	2,75%
------------------------	-------	-------

As despesas comerciais de 2014 apresentaram pequena variação % em relação à ROL, em comparação a 2013. O aumento na rubrica “aluguéis” da área comercial, decorre da desmobilização de ativos próprios e aluguel das unidades.

Despesas Gerais e Administrativas

	Variação %		
Despesas Gerais e Administrativas	2014	2013	2014/2013
Salários e encargos	26.652	24.604	8%
Honorários de administradores	3.812	4.576	-17%
Depreciação	2.342	4.086	-43%
Manutenção e conservação	3.026	5.087	-41%
Impostos, taxas e contribuições	1.753	2.469	-29%
Honorários profissionais	6.085	7.868	-23%
Alugueis, condomínios e segurança	3.938	6.448	-39%
Viagens	1.379	1.720	-20%
Comunicações	1.620	1.545	5%
Outras	12.120	9.789	24%
Total	62.727	68.192	-8%

Percentual sobre a ROL	7,26%	5,71%
------------------------	-------	-------

Em 2014 houve decréscimo de 8% referente às despesas administrativas no comparativo a 2013, decorrente do planejamento para redução e despesas e custos em geral.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisOutras Receitas (despesas) operacionais

	Variação %		
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	2014	2013	2014/2013
Recuperação de custos e despesas	4.469	2.433	
Provisões para Contingências	1.092	10.605	
Baixa/Alienação imobilizado/investimento	(71)	18.579	
Multas	(749)	(1.889)	
Outras receitas (despesas) operacionais	2.924	7.877	
Total	7.665	37.605	-80%

A variação de 2014 em relação a 2013 decorre principalmente devido à venda do imóvel de São José dos Pinhais/PR, cujo impacto no resultado foi positivo em R\$ 13.004, em 2013. Em 2014 não ocorreu venda de ativo imobilizado.

EBITDA – Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

					Variação R\$
EBITDA	2014	% s/Rol	2013	% s/Rol	2014 - 2013
Lucro Bruto	107.141	12,40%	126.347	10,59%	(19.206)
<u>Despesas operacionais</u>					
Despesas com vendas	(31.825)	-3,68%	(32.781)	-2,75%	956
Despesas Gerais Administrativas	(63.727)	-7,38%	(68.192)	-5,71%	4.465
Resultado Financeiro - Rec (Desp)	(50.884)	-5,89%	(53.883)	-4,51%	2.999
Outras Rec (Desp) operacionais	7.665	0,89%	37.605	3,15%	(29.940)
IRPJ e CSLL	(426)	-0,05%	30.628	2,57%	(31.054)
Equivalência patrimonial empreend conjunto	4.454	0,52%	(12.249)	-1,03%	16.703
(=) Lucro (Prej.) do Exercício	(27.602)	-3,20%	27.475	2,30%	(55.077)
(+) IR e CSLL	426	0,05%	(30.628)	-2,57%	31.054
(+/-) Resultado Financeiro	50.884	5,89%	53.883	4,51%	(2.999)
(+) Deprec, amort e exaustão	3.957	0,46%	5.434	0,46%	(1.477)
EBITDA	27.665	3,20%	56.164	4,71%	(28.499)
Rol - Receita Operacional Líquida	863.873		1.193.451		(329.578)

O Ebitda de 2014 foi impactado pela redução no faturamento bruto, devido à retração do mercado do segmento veículos em geral.

Além disso, em 2013 havia sido reconhecido o IR diferido sobre lucros futuros e receita de venda de imóveis. Em 2014 foram revertidos R\$ 10.000 do IR Diferido.

Desempenho Econômico financeiroCaixa, Bancos e Endividamento Líquido:

10. Comentários dos diretores	2014	2013	2012
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais - 2013	2014	2013	2012
DISPONIBILIDADES	41.899	26.441	15.458
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.893	9.623	1.270
Aplicações Financeiras - garantidores	31.006	16.818	14.188
ENDIVIDAMENTO	237.375	294.872	(57.497)
Empréstimos	111.514	92.886	18.628
Debêntures	70.053	76.296	(6.243)
Operações Vendedor e Venpec	55.808	125.690	(69.882)
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	195.476	268.431	(72.955)
Endividamento líquido (sem Vendedor e Venpec)	139.668	142.741	(3.073)
Operações Vendedor e Venpec	55.808	125.690	(69.882)

Dentre o endividamento das empresas controladas, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 55.808 (R\$ 125.690 em 31.12.2013) referem-se a operações de Vendedor - financiamento do fornecedor Scania.

Sobre a ótica do endividamento líquido, sem as operações de Vendedor, a Companhia registrou uma redução de R\$ 3.073 em 31.12.2014 em comparação a 31.12.2013.

O Caixa e equivalente da Companhia encerrou 31.12.2014 com saldo de R\$ 10.893, acréscimo de R\$ 1.270 em relação a 31.12.2013.

As aplicações financeiras garantidoras da Companhia encerraram 31.12.2014 com saldo de R\$ 31.006 (R\$ 16.818 em 31.12.2013).

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

- i. Hipótese de resgate: não há previsão de resgate de ações da Companhia, além das legalmente previstas
- ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Ver tópico “Desempenho econômico financeiro/Caixa, Bancos e Endividamento líquido”.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A Companhia vem se utilizando das principais linhas de financiamentos disponíveis no Sistema Financeiro Bancário, conforme demonstrado no quadro item f.i, abaixo.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Companhia vem se utilizando das principais linhas de financiamentos disponíveis no Sistema Financeiro Bancário, conforme demonstrado no quadro item f.i, abaixo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. **Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:**

10. Comentários dos diretores / 10.1 – Condições financeiras/patrimoniais

Descrição	Taxa de	Indexador	Modalidade	Vencimento	Controladora		Consolidado	
	Juros Anual			Final	31.12.2014	31.12.2013		
Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras patrimoniais								
Moeda Estrangeira								
Financiamentos								
Banco do Estado R.Grande Sul	10,34%	USD	ACC	12.06.15	-	-	2.348	2.371
					-	-	2.348	2.371
Moeda Nacional								
Financiamentos								
Banco Votorantim S/A	17,40%	CDI	Capital de Giro	29.05.14	-	3.002	-	3.002
Banco Safra S/A	23,71%	CDI	Capital de giro	08.08.16	14.332	20.825	14.332	20.825
Banco do Brasil S/A	26,82%	Pré-fixada	Capital de Giro	27.08.15	6.739	-	6.739	-
Banco ABC Brasil S/A	19,24%	CDI	Capital de Giro	29.08.16	14.824	10.088	14.824	10.088
Banco do Estado R.Grande Sul	25,70%	CDI	Capital de Giro	03.12.16	17.971	21.943	17.971	22.246
Banco Industrial e Comercial S/A	33,51%	CDI	Capital de Giro	02.03.15	2.714	4.431	2.714	4.431
Banco Mercantil do Brasil S/A	44,82%	CDI	Capital de Giro	01.04.15	9.467	8.563	9.467	8.563
Banco BVA S/A	15,21%	CDI	Capital de Giro	24.04.14	-	682	-	682
Banco Daycoval S/A	27,87%	CDI	Capital de Giro	30.03.15	7.347	3.181	7.347	3.181
Parana Banco S/A	23,72%	CDI	Capital de Giro	21.09.15	16.059	10.086	16.059	10.086
Banco Brickell S/A	20,32%	CDI	Capital de Giro	31.03.14	-	3.044	-	3.044
Banco Panamericano S/A	19,98%	CDI	Capital de Giro	14.04.16	6.718	2.668	6.718	2.668
Banco BCV S/A	19,60%	CDI	Capital de Giro	12.03.14	-	1.344	-	1.344
Banco BBM S/A	22,08%	CDI	Capital de Giro	23.12.15	12.795	-	12.795	-
Banco HSBC S/A	17,36%	CDI	Capital de Giro	13.03.15	113	-	113	-
Outras Instituições Financ.	10,66%	CDI	diversos	diversos	-	370	-	370
					109.079	90.227	109.079	90.530
Arrendamento (Leasing)								
Banco Santander S/A	23,94%	Pré-fixada	Leasing	10.01.15	14	-	14	-
					14	-	14	-
Empréstimos para investimento								
Banco Safra S/A	18,85%	TJLP	Finame	03.04.17	118	65	118	65
Banco Catterpillar Financeiro	11,08%	TJLP	Finame	25.05.14	-	-	-	121
(-) Custos a apropriar s/empréstimos (a)					(46)	(201)	(46)	(201)
					72	(136)	72	(15)
Empréstimos-aquisição de peças e veículos								
Bradesco S.A. (Vendor) (b)	17,04%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	45.393	118.219	45.393	118.219
Bradesco S.A. (Venpec) (b)	14,32%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	10.416	7.471	10.416	7.471
					55.809	125.690	55.809	125.690
TOTAL EMPRÉSTIMOS					164.974	215.781	167.322	218.576
Circulante					(155.036)	(197.857)	(157.384)	(200.652)
Não Circulante					9.938	17.924	9.938	17.924

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Descrição	Taxa de juros anual	Indexador	Modalidade	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
					31.12.2014	31.12.2013
Debêntures						
3ª Emissão de debêntures	15,73%	CDI	Capital de Giro	10.12.17	70.598	77.210
(-) Custos a amortizar debêntures (a)					(545)	(914)
Total de bêtures					70.053	76.296
Circulante					(30.233)	(16.841)
Não circulante					39.820	59.455

iii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Não ocorreu.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os principais covenants das debentures são:

a. Resgate antecipado e aquisição facultativa

As Debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das S.A..

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação em Reunião do seu Conselho de Administração, realizar o resgate antecipado da totalidade ou de parcela das Debêntures (“Resgate Antecipado”). O Resgate Antecipado, conforme aplicável, será realizado de acordo com as seguintes disposições:

- (i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de comunicação por escrito aos titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário, nos termos das disposições legais aplicáveis, com, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo (“Data da Liquidação”);
- (i) o valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito do Resgate Antecipado será equivalente ao valor do VNU por Debênture resgatada antecipadamente, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* até a Data da Liquidação (“Saldo Devedor”), acrescido, ainda, de prêmio de liquidação antecipada nos seguintes termos:

(a) caso o Resgate Antecipado das Debêntures ocorra até o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures, a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures o Saldo Devedor, acrescido da (2) Remuneração das Debêntures que seria devida até a Data de Vencimento (“Remuneração Projetada para Resgate Antecipado”), descontada à taxa de mercado prevista para o prazo remanescente à época do Resgate Antecipado, calculado pelo Agente Fiduciário e previamente aprovado pelos Debenturistas; e/ou

(c) caso o Resgate Antecipado das Debêntures ocorra após o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures, a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures o Saldo Devedor, acrescido de prêmio de 1% (um por cento), calculado sobre o Saldo Devedor das Debêntures na Data da Liquidação; e

(ii) caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, o Resgate Antecipado obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP. Em consonância com o disposto neste item, a CETIP deverá ser notificada pela Companhia e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da Data de Liquidação.

a. Vencimento antecipado

As debêntures contêm obrigações financeiras, as quais, conforme contrato, são apuradas semestralmente, base 30 de junho e 31 de dezembro, com base nas informações trimestrais consolidadas da Companhia, excluindo as informações trimestrais e os valores referentes a controlada em conjunto, Itapoá, conforme segue (resumo das principais cláusulas):

- (iii) inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 3 (três) dias úteis, contados da data do respectivo inadimplemento;
- (iv) inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento pela Companhia de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia e aos Garantidores com relação ao respectivo inadimplemento;
- (v) decretação de falência da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores; (b) pedido de falência pela Companhia e/ou por quaisquer dos Garantidores; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores;
- (vi) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia e/ou de quaisquer de seus respectivos controladores e/ou sociedades controladas e/ou coligadas (conjuntamente, “Afiladas”) acima de R\$ 5.000, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 30 (trinta) dias corridos, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido;
- (vii) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.As.;
- (viii) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures, reunidos em AGD, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no artigo 116 da Lei das S.As.;
- (ix) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Companhia em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer, fusão, cisão, incorporação, exceto se realizada com sociedades integrantes do grupo da Emissora;
- (x) alteração do objeto social previsto no estatuto social da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores que modifique substancialmente as respectivas atividades praticadas na Data da Emissão;
- (xi) realização, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório exigido pela Lei das S.As. e/ou legislação aplicável – caso a Companhia e/ou quaisquer dos Garantidores estejam em situação de inadimplemento com relação a qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária referente às Debêntures;
- (xii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou por quaisquer dos Garantidores em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- (xiii) não apresentação pela Companhia de suas respectivas informações trimestrais auditadas – compreendendo as informações pertinentes especificamente à Companhia e, adicionalmente, informações consolidadas do respectivo grupo econômico –, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (conforme definido abaixo);
- (xiv) não ocorrência da formalização da alienação de Ativos Florestais de titularidade da Emissora ou dos Garantidores representando, no mínimo, US\$ 21.600.000 (vinte e um milhões e seiscentos mil dólares) até 31 de dezembro de 2011. Para os fins deste item, a Emissora deverá comunicar ao Agente Fiduciário a ocorrência ou a não ocorrência da referida alienação de Ativos Florestais, disponibilizando ao Agente Fiduciário a respectiva documentação de suporte;

(xv) alienação de um ou mais ativos de titularidade da Emissora ou de suas empresas controladas diretas e indiretas e

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Condições financeiras/patrimoniais em que tal alienação ou transferência for efetuada, exceto se pelo menos 50% (cinquenta) dos recursos oriundos da alienação ou transferência forem utilizados para: (a) amortização de dívida bancária; ou (b) Amortização Extraordinária das Debêntures, sendo que as Debêntures terão prioridade no pagamento em relação ao item (a) acima, a exclusivo critério dos Debenturistas, desde que os mesmos abram mão do prêmio para liquidação antecipada indicado;

(xvi) caso o índice obtido pela divisão da Dívida Financeira (conforme definida na Escritura de Emissão) pelo EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização "EBITDA") obtido pela Emissora nos últimos 12 (doze) meses seja menor ou igual a:

(a) 4,0 (quatro inteiros) até 30 de junho de 2013;

(b) 3,5 (três vírgula cinco inteiros) de 30 de junho de 2013 até 31 de dezembro 2013;

(a) 3,5 (três vírgula cinco inteiros) de 31 de dezembro 2013 até 30 de junho de 2014;

(b) 2,5 (dois vírgula cinco inteiros) de 31 de 30 de junho de 2014 até o vencimento das Debêntures.

As Partes desde já concordam que despesas não recorrentes/extraordinária da Emissora, tais como, despesas de alienação do ativo imobilizado e/ou investimentos, contingências tributárias e baixas de provisões, as quais podem vir a afetar o EBITDA durante o segundo semestre do ano de 2012, bem como o ano de 2013, serão excluídas do cálculo referido nos itens (a) e (b) acima.

A emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da divulgação ao mercado das informações ou informações trimestrais da Emissora, conforme o caso, os *Covenants* financeiros acima, juntamente com a respectiva memória de cálculo e o relatório de revisão dos referidos *Covenants* Financeiros, a ser emitido pelos auditores independentes contratados pela Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

(xvii) se as garantias reais e/ou fidejussórias convencionadas para as Debêntures não forem devidamente efetivadas ou formalizadas pela Emissora e/ou pelos Garantidores Hipotecários, nos termos desta Escritura, da Escritura de Hipoteca e segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se tais garantias, por qualquer fato atinente ao seu objeto, tornarem-se inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento de quaisquer importâncias devidas no âmbito da Emissão, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Agente Fiduciário.

Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (ii), (vi), (vii), (viii), (x), (xi), (xii), (xiii), (xiv), (xv) e (xvi) acima, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos o Agente Fiduciário deverá convocar os titulares das Debêntures para que se reúnam em AGD, que poderá, por deliberação de titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures;

Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens (i), (iii), (iv), (v) e (ix) acima resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora.

Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Não se aplica.

g) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Contas a receber de clientes: houve uma redução considerável nos valores a receber de clientes, sendo R\$ 64.997 em 31.12.2014 versus R\$ 146.745 em 31.12.2013, devido, principalmente, à redução nas vendas pela retração do mercado de caminhões.

Impostos a Recuperar: Em dezembro de 2014 foram apropriados créditos de PIS e Cofins, sendo R\$ 395 e R\$ 1.820 respectivamente, referente a levantamento de créditos extemporâneos, de 2012 a 2014.

Outras Contas a receber: O valor a receber de OG Administradora, decorrente da venda do imóvel de São José dos Pinhais foi totalmente recebido no ano de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 – Resultado Operacional e Financeiro****a) Resultados das operações do emissor****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Receita Líquida Operacional: No segmento de veículos pesados houve redução de 4% da ROL em 2014, se comparado a 2013. Essa redução é decorrente dos impactos causados pela queda na venda de veículos pesados, reflexo das condições do mercado desse segmento.

Resultado Financeiro: Em 2014 a Companhia apresentou saldo negativo de R\$ 49.703 frente ao saldo negativo de R\$ 52.574 em 2013, conforme demonstrado abaixo:

Receitas Financeiras	31.12.2014	31.12.2013
Juros ativos	1.148	1.064
Juros s/operações de mútuos	304	131
Rendimento de aplicações financeiras	2.910	922
Descontos obtidos	41	109
Ajuste a valor presente	-	(241)
Outras receitas financeiras	2	-
Total	4.405	1.985

Despesas Financeiras	31.12.2014	31.12.2013
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(37.906)	(34.269)
Juros passivos sobre parcelamentos	(1.924)	(6.611)
IOF	(5.116)	(6.654)
Juros de mora	(1.192)	(303)
Comissões sobre debêntures	(60)	(30)
Despesas bancárias	(2.752)	(1.192)
Descontos concedidos	(1.028)	(788)
Ajuste a valor presente	-	430
Despesas com Aval	(2.743)	-
Outras despesas financeiras	(1.387)	(5.142)
Total	(54.108)	(54.559)

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2013, os valores referente alienação de imobilizado referem-se principalmente à venda do imóvel de São José dos Pinhais/PR, em 20 de dezembro de 2013, cujo impacto no resultado é de R\$ 13.004. O imóvel foi vendido para O.G. Administração de Bens Ltda.. Em 2014 não ocorreram vendas dessa natureza.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Houve redução nas vendas de veículos pesados em 2014, em comparação a 2013. Isso decorreu em virtude da retração do mercado desse segmento.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu.

a) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreu.

c) Eventos ou operações não usuais

Não ocorreu.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças nas práticas contábeis/Ressalvas e ênfases****10.4.a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não ocorreu.

10.4.b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não ocorreu.

10.4.c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No Parecer dos auditores independentes da Companhia, não existem ressalvas. Existe ênfase:

Sobre a continuidade operacional: Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia tem apresentado prejuízos operacionais, bem como elevado nível de endividamento e conseqüente redução de capital de giro. Conforme mencionado na nota explicativa 1, para a reversão desta situação, a Companhia vem reestruturando o perfil do seu endividamento financeiro, alienando atividades e ativos e descontinuando operações deficitárias. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas Contábeis Críticas

Estimativas contábeis:

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis ativas e passivas significativas. Sujeitas a essas estimativas incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e diferido, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para obsolescência de estoques, provisão para contingências, e passivos relacionados a benefícios a empregados. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, ajustados a seus prováveis valores de realização, quando aplicável. Os deságios apurados na aquisição de investimentos são registrados em conta redutora dos próprios investimentos e serão amortizados no momento da realização dos mesmos na controladora. Para fins de consolidação os deságios são reclassificados para a conta de deságios sobre investimentos no passivo não circulante.

Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis, utensílios, equipamentos e veículos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Na vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Intangível

Representado por valores de Softwares e Marcas de Fábrica, sendo estes amortizados em função de sua vida útil.

Provisão para perda de desvalorização de ativos

A Administração vem atualizando anualmente os estudos de recuperabilidade dos ativos, sendo que em 2014 não houve alteração.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério para constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa baseou-se na perda histórica dos últimos três exercícios. A Administração considera o montante da provisão suficiente para cobrir eventuais perdas.

Provisão para desvalorização dos estoques

A provisão para desvalorização dos estoques foi constituída com base nos produtos que apresentaram valor de realização inferior aos custos registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social foram apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, e tem por base os prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas apurados pela Controladora, ou seja, os resultados fiscais apurados no segmento veículos pesados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros, elaborada e fundamentada em premissas internas e externas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Administração prevê que os impostos diferidos decorrentes da previsão de lucro futuro serão realizados em até oito anos, e tem como base, plano de negócios preparado pela Administração em conjunto com consultoria externa. Em 2014 foram revertidos R\$ 10.000 dessa provisão devido a apuração de prejuízo nesse exercício.

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

Provisão para contingências

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia e suas empresas controladas são partes em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, para os quais a Companhia não possui uma provisão para a perda esperada. O sucesso ou o fracasso em qualquer um desses processos não é registrado quando a provisão é suficiente para cobrir perdas esperadas, conforme opinião dos consultores jurídicos do Conglomerado.

Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:****a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os procedimentos de controles internos são um conjunto de processos que visam fornecer uma garantia razoável sobre a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como a elaboração de demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo CPC. Os principais objetivos dos controles internos são:

- Manutenção de registros que, em detalhe razoável, de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos nossos ativos e passivos;
- Fornecimento de segurança razoável de que transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que as nossas receitas e despesas estão sendo reconhecidas somente de acordo com as autorizações da nossa administração; e
- Fornecimento de uma garantia razoável relativas à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada de nossos ativos que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia entende que os procedimentos adotados e sistemas de controles internos são adequados e suficientes e foram desenvolvidos de forma a permitir a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis e precisas.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No exame das demonstrações financeiras e das, os auditores independentes conduziram o exame de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras.

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras, foram selecionados procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas nossas demonstrações financeiras. Dentre esses procedimentos, foram obtidos entendimentos sobre a Companhia e o ambiente, o que incluiu a análise de controles internos, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados, mas não para fins de que os auditores independentes expressassem opinião sobre a eficácia de nossos controles internos.

Neste contexto, as deficiências identificadas pelos auditores foram analisadas pela Administração, que adotou plano de ação para corrigi-las. De qualquer modo, na avaliação da Administração, nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:**

Não ocorreu.

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não ocorreu.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não ocorreu.

c) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não ocorreu.

d) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não ocorreu.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não ocorreu.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não ocorreu.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não ocorreu.

iv. Contratos de construção não terminada

Não ocorreu.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não ocorreu.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não ocorreu.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não ocorreu.

b) Natureza e o propósito da operação

Não ocorreu.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não ocorreu.